

Proibição da emissão de valores mobiliários ao portador

Foi publicada hoje a Lei n.º 15/2017 que, por um lado, proíbe a emissão de valores mobiliários ao portador e, por outro, estabelece um regime transitório com vista à conversão dos valores mobiliários ao portador existentes em valores mobiliários nominativos.

Este diploma surge no âmbito do quadro de medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao terrorismo financeiro, proibindo a emissão de valores mobiliários ao portador a partir da respectiva data de entrada em vigor (o dia seguinte ao da respectiva publicação). Tal proibição traduz-se num conjunto de alterações ao Código dos Valores Mobiliários e ao Código das Sociedades Comerciais que visa eliminar as referências à possibilidade de serem emitidos valores mobiliários ao portador.

No que respeita ao regime transitório estabelecido, assumem especial relevância as seguintes regras:

- (a) Os valores mobiliários ao portador existentes devem ser convertidos em valores mobiliários nominativos no prazo de 6 meses a contar da data de entrada em vigor da referida lei;
- (b) A partir do termo do prazo referido na alínea anterior sem que tenha sido promovida a conversão dos valores mobiliários ao portador, é proibida a transmissão desses valores mobiliários ao portador e fica suspenso o direito a participar na distribuição de resultados inerente aos referidos valores mobiliários.

De notar ainda que a conversão dos valores mobiliários ao portador será objecto de regulamentação pelo Governo no prazo máximo de 120 dias a contar da data da entrada em vigor da Lei n.º 15/2017, regulamentação essa que deverá concretizar os termos aplicáveis à referida conversão. O prazo de 6 meses dentro do qual deverá ser promovida a conversão dos valores mobiliários começa a correr independentemente da publicação e entrada em vigor da mencionada regulamentação.



Deste novo regime resultam impactos significativos não só ao nível das sociedades emitentes de valores mobiliários ao portador – e dos respectivos titulares – que terão de assegurar a sua conversão no prazo legal estabelecido, mas também ao nível das garantias constituídas sobre valores mobiliários ao portador já que, atendendo às diferentes formalidades que eram aplicáveis consoante estivessem em causa valores mobiliários ao portador ou nominativos, será necessário ajustar os termos e condições consagrados nos instrumentos de constituição das garantias em virtude da conversão dos valores mobiliários ao portador em nominativos.

Francisco Barona
Ana Guedes Teixeira

Contactos:

fb@slcm.pt

agt@slcm.pt

slcm.pt

Rua General Firmino Miguel nº3 Torre 2 - 12º // 1600-100 Lisboa Portugal
Tel: +351 21 723 40 00 // Fax: +351 21 723 40 29 // slcm@slcm.pt // www.slcm.pt

Serra Lopes, Cortes Martins & Associados Sociedade de Advogados, RL // Ins. Ordem dos Advogados nº 18/89

Áreas de Actividade

Direito Comercial e Societário // Fusões & Aquisições // Private Equity // Direito Bancário e Financeiro // Mercado de Capitais // Direito Fiscal e Contencioso Tributário // Direito Laboral // Direito Comunitário e da Concorrência // Direito da Propriedade Intelectual, Publicidade e Consumo // Media, Telecomunicações e Tecnologias de Informação // Direito Marítimo e Aéreo // Direito Administrativo, Contratação Pública, Parcerias Público-Privadas // Planeamento e Urbanismo // Imobiliário e Construção // Energia e Ambiente // Contencioso, Arbitragem e Mediação